

MEENDINHO HOJE PROIBIDO

Aos 3 de julho de 1979, R. CARBALLO CALERO data o prólogo do Tomo III de «prosa galega» em que fala da ortografia do galego antigo, médio e moderno. A ortografia do galego moderno é a ortografia espanhola. A ortografia do galego antigo e médio «é a dos originais». Eis é onde se agiganta a figura de Ricardo Carvalho Calero ao publicar os «originais» na nossa secular ortografia. Nossa, desde o Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa, o Cancioneiro da Vaticana, as Cantigas de Santa Maria, os Livros de Linhagens, Livro de Joseph de Arimati, A demanda do Santo Graal, Livro de Tristão, Crónica Troiana, General Estória, Crónica General e Crónica de Castela, As Sete Partidas, Tratado de Albeitária, Grémio dos cambedores de Santiago (1490), até ao Epistolário no XVII século. A nossa secular ortografia documentada durante séculos em textos existentes redigidos nessa ortografia, textos que a Cátedra de Linguística e Literatura Galega da Universidade de Santiago publica na Editorial Galáxia em 12 de agosto de 1980. Após essa data, a Galiza pode ler a sua secular literatura redigida na sua secular ortografia graças a Ricardo Carvalho Calero. Ninguém publicara – esse tesouro permanecia sequestrado como hoje em que com o barulho do «pato pela língua» querem apagar o som original das nossas letras, da nossa secular ortografia, apagar o facto da identidade, hoje, do idioma galego e do idioma português como defendeu Ricardo Carvalho Calero nos últimos anos da sua vida. Qual é o pato? O que querem pactuar? Que Meendinho se escreve com «enhe»? O disparatado fascismo espanhol na sua praxe permanente de linguicídio alcançou uma notável cota ao proclamar a letra espanhola «enhe» como letra galega de mais de 800 anos.

Muito antes do 12-VIII-1980, a editorial Galáxia publicara em 1959 «Lua de além-Mar» da autoria de Ernesto Guerra Da Cal que proclamara «Empregamos a grafia portuguesa...», empregada também em «Rio de sonho e tempo» publicado em 1963. E dez anos antes, no Natal de 1953, em New York, o autor confessa um amor antigo pela literatura portuguesa – Portugal era a Galiza... Amor que o impulsionou durante toda a sua vida na labuta de reconstruir a união nacional da Galiza e Portugal – «a sua grande Portugaliza»...

Ricardo Carvalho Calero presidia a Comissão Linguística da Junta da Galiza criada em 21 de setembro de 1979 pelo Conselheiro de Educação e Cultura, Alexandrino Fernandez Barreiro. O presidente da Junta era o falangista genocida António Rosão Peres – o mesmo que defende Rueda-PP para lhe dar nome a uma sala do Parlamento galego. José Fernando Felgueira Valverde estava integrado na dita Comissão Linguística que presidida por Carvalho Calero elaborou umas Normas Ortográficas do Idioma Galego, divulgadas pela Junta da Galiza em 17 de maio de 1980, no Dia das Letras Galegas, para simbolizar o documento. Três meses depois, em 12-VIII-1980, é quando a Editorial Galáxia publica o Tomo III de «prosa galega».

As Normas Ortográficas do Idioma Galego foram aprovadas por UNANIMIDADE e estabeleciam a ORTOGRAFIA ESPANHOLA para o galego embora com a crença “fantástica” de com o tempo evoluir para a ORTOGRAFIA tradicional do galego, quer dizer, a do português. Os acontecimentos baniram qualquer fantasia para o franquismo impor a sua tirânica realidade. Alonso Monteiro, Ramão Lourenço “o perseguidor de infiéis galego-portugueses”, Ramão Pinheiro e outros vultos da perseguição do que eles denominaram “perigosos lusistas” concordaram para deturpar, trocar e banir a proposta de Ricardo Carvalho Calero e da “Comissão de Linguística” denominada Normas Ortográficas do Idioma Galego de 1980 por outra que PROIBISSE com todo rigor tudo o que identificasse o galego com o português, obsessão que transparece explícita em todas as Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego aprovadas pela Real Academia Galega a proposta do Instituto da Língua Galega que serão lei de OBRIGADO cumprimento ao serem publicadas no Diário Oficial da Galiza no Decreto 173/1982 de 17 de novembro promulgado em 20 de abril de 1983. Consumava-se a legalização da PROIBIÇÃO do português na Galiza, a perseguição e punição de todas aquelas pessoas ou organizações que o utilizassem, uma verdadeira “caça às bruxas” portuguesas na Galiza.

Lapa em carta a EGDC (13-IX-1979) – rendido aos argumentos de EGDC para publicar um “maquiavélico” Dicionário castelhano galego – escreve: “A verdade é que todo esse problema –

EGDC refere a Lapa o problema do galego em carta de 29-VIII-1979 – se resolveria simples e perfeitamente com um ENSINO OBRIGATÓRIO do português na escola SECUNDÁRIA galega durante DOIS anos apenas; mas o galego não tem a dureza do basco nem do catalão para IMPOR tal medida perfeitamente legítima”.

A figura de EGDC ferrenho defensor da identidade linguística e nacional da Galiza e Portugal agiganta-se ao proclamar em entrevista a Fernando António de Almeida no Jornal de Letras de Lisboa, em 25 de abril de 1983, na comemoração da Revolução dos Cravos e cinco dias após ser promulgada a lei que PROIBIA o português na Galiza: “Sou galego de nascimento e galaico português de vocação... A Galiza é um país semi-conquistado e eu não posso conviver com uma Galiza mediatizada pelo Estado central. Estou aqui [em Portugal] numa Galiza livre onde falo a minha língua e estou rodeado de pessoas que falam a minha língua...”

No balbordo disparatado do «pato pela língua» aparece um novo sujeito: O Conselho da Cultura Galega que publica um relatório elaborado pelo Observatório da Cultura Galega denominado “Competências e usos das línguas cooficiais em Espanha. O galego em perspetiva comparada”, que toma como fonte dados do Inquérito de Características Essenciais da População e Vivendas (ICEPV) elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e anuncia um “Foro participativo: um país com a sua língua” com objetivo de oferecer medidas concretas e prioritárias para avançar na recuperação do vigor do galego. Mas o Observatório da Cultura Galega-CCG não publica um relatório acerca das «Competências e usos da língua oficial nos países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O galego em perspetiva comparada».

F. Carou no jornal Nós Diário «informa» a respeito do relatório destacando o «fracasso do Decreto do PP», afirmação que não aparece no dito relatório cujo contido mais uma vez confirma a vitória da política de linguicídio do PP: Matar o galego abafado pelo espanhol, impor o espanhol PROIBINDO O PORTUGUÊS!

Nesta política e nesta praxe estão instalados desde há mais de 40 anos. Não só as NOMIGA e a Lei de Normalização Linguística promulgadas por Felgueira Valverde e por Fernandes Alvor perseguiram esses objetivo mas também a criação do Conselho da Cultura Galega a meio da Lei 8/1983, de 8 de julho, 23 dias depois de promulgar a Lei de Normalização Linguística, Lei 3/1983, de 15 de junho.

O piloto de Hitler, Fernandes Alvor, a meio do Decreto do 17-II-1982, criou uma Comissão Assessora da Cultura Galega com a encomenda de elaborar as bases do Projeto de lei do Conselho da Cultura Galega. Outorgou-lhe a presidência a Felgueira Valverde e integrou nela Francisco Xavier Rio Barja, do Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento; Uxío Romero Pose, do Instituto de Estudos Jacobeus; Ramão Lourenço, do Instituto da Língua Galega; Joaquim Árias Dias de Rábago, da Fundação Barrié de la Maza para além de Jesus Alonso Monteiro, Ramão Castromil (deputado e secretário de AP, 1981-1985), Ramão Pinheiro, a título individual para garantir a linha de continuidade do franquismo na labuta de impor o espanhol e PROIBIR A LÍNGUA E A CULTURA GALEGO-PORTUGUESA.

O CCG nasce e se desenvolve até hoje com a praxe política do linguicídio e o extermínio da cultura galega. Tudo com financiamento do orçamento de cada ano da Junta da Galiza. Eis os orçamentos: 3.075.773 € em 2023; 2.842.400 em 2022; 2.782.982 em 2021. 2.757.063 em 2020; 2.679.233 em 2019; 2.547.225 em 2018. Só publicam esses anos. O resto esta protegido na web do CCG.

A questão fulcral na Galiza foi e é a identidade do idioma galego e o português e a sua ORTOGRAFIA. Ramão Pinheiro foi o principal aríete nos anos de 1970 contra a proposta de Ernesto Guerra Da Cal e Manuel Rodrigues Lapa que defendia escrever o galego com a ortografia portuguesa, a secular ortografia do galego. Eis o que propunha: «ENSINO OBRIGATÓRIO do português na escola SECUNDÁRIA galega durante DOIS anos apenas». Ramão Pinheiro foi o primeiro presidente do CCG e durante sete anos (1983-1990) trabalhou até à sua morte na labuta de querer fazer do galego uma língua diferente do português como Fraga pontificara representando a ditadura franquista após a morte do ditador. Continua na presidência do CCG, José Felgueira Valverde (1990-1996) e Fraga instala-o a ele e ao CCG no Paço de Rajoy até hoje. Continua Carlos Casares (1996-2002). A seguir (2002-2006) Alfonso Zulueta de Haz. Ramão Villares (2006-2018)

«promoveu os vínculos coa lusofonia» pudorosamente afirma a web. A verdade é que o CCG integrou-se na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa com a categoria de Observador Consultivo: Vergonha que temos de ocultar na web do CCG. Rosário Alvares é a atual presidenta desde 2018.

Pode dizer-se que o que Ricardo Carvalho Calero e a sua Cátedra de Linguística e Literatura Galega da Universidade de Santiago de Compostela publicaram na Editorial Galáxia em 12 de agosto de 1980, no Tomo III de «prosa galega», isto é, mais de 270 páginas escritas com a nossa secular ORTOGRAFIA em mais de 34 obras desde o século XIII até ao século XVII, pode dizer-se que TUDO ISSO, não foi publicado pelo CCG em 42 plúmbeos anos com um significativo e publicado financiamento. O crime parece grosso, QUATRO SÉCULOS de literatura galega, galego-portuguesa ou portuguesa RIGOROSAMENTE CENSURADOS pelo CCG que tem como finalidade a defesa e a promoção dos valores culturais do povo galego.

Publicara o CCG 528 livros em 42 anos de existência. Segundo o «Inventário das fontes documentais da Galiza Medieval. I.», dos 528 publicou 25 livros de documentação «medieval» em galego na sua imensa maioria. Com a ortografia «original» como a denominou Ricardo Carvalho Calero? A resposta é NÃO! Os dígrafos «nh» e «lh» não aparecem ou quase não aparecem. No Mosteiro do Monte de Ramo, publicado com 3508 páginas em 2019 pelo CCG, Ramão Lourenço escreve em 17.6.1 «Hai uns cantos textos feitos en territorio galego que tamén presentan lh. Trátase de seis textos escritos por frei Pero Vázquez e outros tres, dous deles mandados escribir respectivamente polos notarios Martín André e Domingo Eanes e o terceiro anónimo. Non sabemos se estes escribíans eran galegos ou procedían de Portugal, pero o estraño é que ningún deles utiliza a grafía nh, pois só presentan n ou ñ». Conta o mesmo «conto» na introdução da «Crónica Troiana» (1985): Dedicou mais de um cento de páginas para afirmar que galego e português eram já línguas diferentes a finais do XIV século (1373). Eis a síntese do mal ocultado ódio de Ramão Lourenço a Portugal, melhor dito, à IDENTIDADE da língua portuguesa e do idioma galego, ódio, ideia que transmite o CCG em toda a documentação «medieval» publicada para reafirmar a ORTOGRAFIA espanhola das NOMIGA-LNL em colisão com a SECULAR ORTOGRAFIA GALEGA embora em fevereiro de 1983 publicara «A MULHER HOJE» de AS-PG e nove publicações acerca da mulher. Pode ser dito, os factos ou a ausência deles o proclamam, que todos os presidentes e a presidenta do CCG, durante 42 anos tiveram como atividade principal CENSURAR tudo o que identifica a Galiza com Portugal.

«Um património cultural tão viçoso como o que possui e caracteriza a nossa nacionalidade e o programa, fundo e de alongados horizontes, que tem de ser desenrolado pela nossa Comunidade, requerem a formação dum órgão qualificado, tal como concebe o Estatuto».

Um órgão qualificado, o Conselho da Cultura Galega, assessor e consultivo. De quem? Da Conselheira de Cultura, do Governo galego?

A cultura castreja, «Um património cultural tão viçoso como o que possui e caracteriza a nossa Galiza e o nosso Portugal requerem um programa, fundo e de alongados horizontes, que deve ser desenvolvido pela Galiza e Portugal». Eis a cultura castreja que é a mesma nos territórios da atual Galiza e Portugal. A cultura galega e a portuguesa atuais têm um passado COMUM, de séculos, de IDENTIDADE na cultura castreja. A Galiza e Portugal durante séculos (sec. XIII-XVII) possuem a mesma língua, LITERATURA e cultura como documenta Carvalho Calero que identifica a língua portuguesa com o que o CCG qualifica de galego «medieval». A CENSURA do CCG dos séculos de cultura castreja na Galiza e em Portugal é outro dos muitos crimes perpetrados acompanhando o crime de deturpar a ORTOGRAFIA SECULAR GALEGA mostrada por Ricardo Carvalho Calero no Tomo III de «prosa galega». Tudo inspirado pela sistemática e secular falsificação espanhola encabeçada por Ramão Lourenço. A falsificação espanhola sistemática aparece na Crónica Troiana publicada em 1985 pelo dito Ramão Lourenço com o financiamento franquista da Fundação Barrié da Maça «disposta» pela RAG. Eis o papel, fulcral, do franquismo ladrão de Barrié da Maça, na continuidade atual do linguicídio e do genocídio da ditadura. A Fundação Barrié da Maça está nas origens e criação do CCG até hoje em que Carlos Lema Devesa integra o Plenário como cargo «representativo». A existência da Fundação Barrié viola claramente a Lei de Memória Democrática.

A denominada cultura castreja, isto é, as raízes antigas da atual cultura galega e portuguesa e antes da cultura denominada galego-portuguesa não interessa ao CCG e o Conselheiro de Cultura, Sr. Campos, tem mais interesse e verbas para financiar a cultura falangista e espanhola do Torrente Balhester. Em Ferrol, o concelhal de cultura, José António Ponte Far, é o autor de uma biografia de Torrente Balhester editada pelo Concelho-Deputação-Conselheiro de Cultura.

Este ano de 2025 comemora-se o 75.º aniversário da morte de Castelão sem que o CCG e o Conselheiro de Cultura ou o Governo do delinquent Rueda anunciem o financiamento da publicação das Obras Completas de Afonso Daniel Castelão porque a sua mentalidade espanhola e despreço pelo povo galego e a Galiza continua a mentalidade dos do genocídio nazi-franquista narcotraficante e Castelão deixou feita uma obra de denuncia imortal das atrocidades que perpetraram os assassinos, dentre eles António Rosão Peres ou Fernandes Alvor, nos Albumes denominados «Galicia Mártir» (1937), «Atila en Galicia» (1937), «Milicianos» (1938) para além do «Sempre em Galiza», dividido em um adro e quatro livros escritos nos anos 1935, 1937, 1940, 1943 e 1947, doze anos em que manifesta o seu pensamento, a sua fé em que «também é seguro que a Galiza e Portugal UNIR-SE-ÃO algum dia». Comemoremos a vida de Castelão e o seu combate em favor da UNIÃO NACIONAL E LINGUÍSTICA da Galiza e Portugal.

Em Ferrol, quinta-feira, 6 de fevereiro de 2025

ASSINADO: MANUEL LOPES ZEBRAL